

Transação Tributária do Estado de Goiás

# PERGUNTAS E RESPOSTAS



## 1. Conceito e Abrangência

Pergunta	Resposta (Base legal)
O que é a Transação Tributária?	É um <b>acordo resolutivo de litígio</b> que estabelece os requisitos e as condições para que o Estado de Goiás e os devedores realizem a extinção de litígios relativos à cobrança de créditos da Fazenda Pública Estadual de natureza tributária.
Quem pode realizar a transação?	O Estado de Goiás, suas autarquias e outras entidades estaduais cuja representação incumba à <b>Procuradoria-Geral do Estado (PGE)</b> . A PGE exerce o juízo de conveniência e oportunidade para celebrá-la.
Quais débitos podem ser transacionados?	A transação abrange créditos de natureza tributária <b>inscritos em dívida ativa</b> . Os requisitos, as condições, as vedações estão previstos na LC nº 197/2024, Portaria nº 55-GAB/2025.
Quais são as modalidades de transação?	A transação pode ser realizada <b>por adesão</b> , quando o devedor adere aos termos e condições de um edital publicado pela PGE, ou <b>por proposta individual ou conjunta</b> , iniciada pelo devedor ou pelo credor.
A transação é um direito do contribuinte?	<b>Não</b> . A transação não constitui direito subjetivo do contribuinte, e o deferimento do pedido depende da verificação do cumprimento das exigências regulamentares.



# Transação Tributária do Estado de Goiás

## PERGUNTAS E RESPOSTAS



### 2. Prazos e Descontos

Pergunta	Resposta (Base legal)
Quais são os limites de desconto e prazo para a quitação dos débitos?	O desconto máximo permitido é de <b>65%</b> do valor total dos créditos a serem transacionados, e o prazo máximo de quitação é de <b>120 (cento e vinte) meses</b> .
Existem condições mais vantajosas para algum grupo de contribuintes?	<b>Sim.</b> Na hipótese de transação que envolva <b>pessoa natural, microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou empresas em recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência</b> , a redução máxima é ampliada para 70% e o prazo máximo de quitação para <b>145 (cento e quarenta e cinco) meses</b> .
Sobre o que incide o desconto?	Os descontos são concedidos nas <b>multas, nos juros e nos demais acréscimos legais</b> . É vedado reduzir o <b>montante principal (valor originário) do crédito</b> .
Como é determinado o grau de recuperabilidade da minha dívida?	A classificação é feita por segmentação, definida pela Secretaria de Estado da Economia, com base em critérios como a <b>faixa de valor do PAT, o tipo de exequibilidade, a idade do auto de infração, e a situação cadastral</b> .
Posso utilizar precatórios para amortizar o débito?	<b>Sim.</b> A transação pode contemplar a utilização de precatórios do Estado de Goiás, próprios ou de terceiros, para a amortização do saldo devedor transacionado, observadas as condições de lei específica e do edital que deverá trazer tal previsão.



**QUITAGOIÁS**  
Programa de Transação Tributária e Quitação de Dívidas

**PGE** **GOIÁS**

GOVERNO DE  
**GOIÁS**  
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Transação Tributária do Estado de Goiás

# PERGUNTAS E RESPOSTAS



## 3. Adesão e Obrigações do Contribuinte

Pergunta	Resposta (Base legal)
Qual é o procedimento para solicitar a adesão (Edital 001/2025)?	O contribuinte deve solicitar seu cadastro, através de requerimento endereçado ao e-mail da Procuradoria-Geral do Estado <b>ntt@pge.go.gov.br</b> , para obter a simulação de seus créditos. Após a simulação, o seu pedido é submetido à análise da Procuradoria-Greal do Estado.
A partir de quando o acordo é formalizado?	O ajuste é formalizado com o preenchimento de requisitos cumulativos: a <b>assinatura do termo eletrônico</b> e o <b>pagamento da parcela única ou da primeira parcela</b> no prazo de seu vencimento.
O que acontece se eu tiver processos judiciais em curso?	O devedor deve <b>desistir das impugnações ou recursos e renunciar a quaisquer alegações de direito</b> sobre os créditos incluídos na transação. Deve, ainda, requerer a <b>extinção do respectivo processo com resolução de mérito</b> .
Quais são as modalidades de transação?	Os valores depositados em juízo ou penhorados para garantia do crédito devem ser <b>ofertados no termo de acordo</b> para que sejam abatidos do valor líquido do débito. O devedor deve aquiescer à conversão desses depósitos em renda. A utilização de depósitos ou bloqueios judiciais para abatimento do valor remanescente é <b>obrigatória</b> .
A transação é um direito do contribuinte?	A proposta de transação <b>não suspende a exigibilidade</b> dos créditos por ela abrangidos nem o andamento das execuções fiscais. A suspensão da exigibilidade ocorre apenas após a formalização da transação, mediante o pagamento da primeira parcela (ou parcela única), na modalidade de parcelamento.
A transação implica novação da dívida?	<b>Não.</b> A celebração da transação não implica a novação dos créditos por ela abrangidos.
O que a assinatura do termo implica?	A assinatura do termo, mesmo que não haja pagamento imediato, implica <b>confissão irrevogável e irretratável</b> dos débitos abrangidos.



# Transação Tributária do Estado de Goiás

## PERGUNTAS E RESPOSTAS



### 4.Vedações e Rescisão

Pergunta	Resposta (Base legal)
Quais créditos são proibidos de serem transacionados?	É vedada a transação que envolva débitos não inscritos em dívida ativa e também a que reduza o montante principal do crédito
Quais são as principais causas de rescisão da transação?	As causas incluem o <b>descumprimento das condições e compromissos</b> assumidos, a constatação de <b>ato tendente ao esvaziamento patrimonial</b> para fraudar o cumprimento, e o <b>atraso no pagamento de mais de 3 (três) parcelas, sucessivas ou não.</b>
Se eu questionar a transação na Justiça, ela será rescindida?	<b>Sim.</b> Qualquer questionamento judicial sobre a matéria transacionada e sobre a própria transação é causa de rescisão.
O que acontece após a rescisão?	A rescisão implica o <b>afastamento dos benefícios concedidos</b> e a <b>cobrança integral das dívidas</b> . Além disso, o contribuinte fica proibido <b>de formalizar nova transação pelo prazo de 2 (dois) anos</b> da data da rescisão, mesmo que relativa a débitos distintos.
Posso contestar a rescisão?	<b>Sim.</b> O devedor será notificado da rescisão e poderá impugnar o ato, tendo garantidos o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Se o vício for sanável, é admitida a regularização durante o prazo concedido para a impugnação.
Cabe recurso contra ato que decide a impugnação à rescisão?	<b>Sim.</b> O devedor será notificado da decisão que apreciar a impugnação à rescisão, por meio eletrônico, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo.



**QUITAGOIÁS**  
Programa de Transação Tributária e Quitação de Dívidas

**PGE GOIÁS**

GOV. GONÇALVES  
**GOIÁS**  
O ESTADO QUE DÁ CERTO